

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 10/2022**

**Reunião ordinária pública de 07 de março de 2022**

Ao sétimo dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta minutos, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----  
Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e quarenta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o resumo de tesouraria, referente ao dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 9/2022 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
2. **CONCURSO EXTERNO: PROPOSTA RELATIVA AO CONCURSO EXTERNO PARA ADMISSÃO A ESTÁGIO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS-** Presente a seguinte proposta: «Considerando o documento anexo, do gabinete de apoio à Sr.ª Vice-Presidente, solicitando o início do procedimento tendente à abertura de concurso para admissão novos agentes da polícia municipal, informo: 1. O mapa de pessoal para o ano de



2022 elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de dezembro de 2021, prevê o recrutamento de vinte agentes municipais estagiários; 2. De acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, que dispõe que os procedimentos concursais das carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e os corpos especiais, onde se inclui a de polícia municipal, se regem, até à sua extinção ou revisão, pela disposições normativas que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2008, sendo aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, redação atual; 3. As disposições normativas aplicáveis até 31 de dezembro de 2008, em matéria de recrutamento e seleção de pessoal, estão definidas no Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07, aplicado à administração local pelo Decreto-lei n.º 238/99, de 25/06, sendo que, nos termos do art.º 4.º deste Decreto-lei, compete ao Presidente da Câmara Municipal autorizar a abertura do concurso, e, consequentemente, designar o júri do concurso, fixar o prazo de validade do concurso e fixar o prazo para apresentação de candidaturas; Conforme previsto no art.º 4º Decreto-lei n.º 209/2009, que administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de revogada pela n.º 35/2014 de 20/06, mas como refere o n.º 3 do artigo 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado, entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei recrutamento de trabalhadores necessários ocupação de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo; Face ao exposto, submete-se a informação da diretora de departamento de recursos humanos tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no sentido de: a) Propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, com vista à ocupação de vinte postos de trabalho de agente municipal de 2.º classe da carreira de polícia municipal, previstos no mapa de pessoal de 2022; b) Que o prazo de validade do concurso seja de um ano, conforme art.º 10.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07; c) Que o prazo para entrega de candidaturas seja de dez dias úteis, conforme art.º 32.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07; d) Que o júri tenha a seguinte composição: Presidente: Leandro Ferreira, Chefe de Divisão da Polícia Municipal. Vogais efetivos: Nuno Ribeiro, Agente Graduado; Nuno Gomes, Técnico Superior de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Rui Ferreira, Técnico Superior de Recursos Humanos Bárbara Magalhães, Chefe de Divisão de Fiscalização.» A **Vereadora Sílvia Cristina Conduto de Sousa** solicitou um enquadramento e justificação desta proposta de abertura de 20 novos lugares na Polícia Municipal, tendo a **Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira** respondido que a dimensão que a Polícia Municipal tem hoje é claramente insuficiente para o número de





habitantes que tem o concelho de Braga. Acrescentou ainda que no último procedimento concursal foram recrutados profissionais muito qualificados, que, entretanto, saíram para outros desafios; respondeu ainda que neste momento a Polícia Municipal tem cerca de 40 agentes. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**3. PROPOSTAS DE PARCERIA INSTITUCIONAL** - Da Divisão da Cultura submetendo à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de parceria institucional (contratos de dinamização cultural), para atribuição de apoios financeiros a celebrar com as entidades, nos termos do artº 33º, nº 1, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: **a) Município de Braga e Associação Musical Sinfonietta de Braga**, no montante de **45.000,00€** pagável em 3 prestações de igual montante, a primeira em 30 de abril, a segunda em 30 de junho e a terceira em 31 de outubro; **b) Município de Braga e Banda Musical de Cabreiros – Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa**, no montante de **15.000,00€**, pagável em 10 prestações, entre os meses de março e dezembro; **c) Município de Braga e Cidade Curiosa – Associação**, no montante de **25.500,00€**, pagável em 3 prestações, a primeira até 30 de abril, a segunda até 30 de junho e a terceira até 31 de outubro; **d) Município de Braga e Capítulo Cenário-Associação para as Artes**, no montante de **20.000,00€**, pagável em 3 prestações de igual montante, a primeira em 30 de abril, a segunda em 30 de junho e a terceira em 31 de outubro; **e) Município de Braga e Rusga de S. Vicente – Grupo Etnográfico do Baixo Minho**, no montante de **10.600,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **f) Município de Braga e Nova Acrópole Braga**, no montante de **2.400,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **g) Município de Braga e Azeituna- Tuna de Ciências da Universidade do Minho**, no montante de **1.500,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **h) Município de Braga e Argumento Prodígio – Associação Cine-Equipa (Cineclube Aurélio da Paz dos Reis)**, no montante de **34.827,10€**, pagável em 3 prestações, a primeira até 30 de abril, a segunda até 30 de junho e a terceira até 31 de outubro; **i) Município de Braga e PAVAC-Passo Audiovisuais, Associação Cultural**, no montante de **4.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **j) Município de Braga e Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho**, no montante de **6.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **l) Município de Braga e Grupo Cultural de S. Mamede de Este**, no montante de **5.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **m) Município de Braga e Tuna Feminina Universitária do Minho – Gatuna**, no montante de **800,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **n) Município de Braga e Associação Cultural e Recreativa Fado com Arte**, no montante de **2.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **o) Município de Braga e**



**Suonart – Associação Cultural**, no montante de **30.600,00€**, pagável em 3 prestações, a primeira até 30 de abril, a segunda até 30 de junho e a terceira até 31 de outubro; **p) Município de Braga e Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui**, no montante de **65.000,00€**, pagável em 3 prestações de igual montante, a primeira em 30 de abril, a segunda 30 de junho e a terceira em 31 de outubro; **q) Município de Braga e ACINAC- Associação Cinema em Acção**, no montante de **4.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **r) Município de Braga e ARCUM - Associação Recreativa Cultural Universitária do Minho**, no montante de **4.500,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro; **s) Município de Braga e Coro Académico da Universidade do Minho**, no montante de **3.000,00€**, pagável em 2 prestações, a primeira até 30 de abril e a segunda até 31 de outubro. Os documentos juntos à proposta ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**4. PROPOSTA DE APOIO À ENTIDADE/CABIDO DA SÉ DE BRAGA** - Presente a seguinte proposta: «O Cabido da Sé de Braga, entidade devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 138/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propôs-se, enquanto entidade coordenadora da comissão organizadora, a realizar a programação das Solenidades da Semana Santa entre os meses de março e abril de 2022. Assim, considerando: - O predisposto no artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, nomeadamente a sua alínea u) onde se valida o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município"; - O estatuído no Despacho n.º 440/2020, no Diário da República, 2.ª série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2020, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 02 de dezembro de 2019, especificamente o disposto no n.º 1 e n.º 2, do artigo 46.º, que define as competências da Divisão de Cultura; - O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o "apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal"; - O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na "qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade", "continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores", além de estar pressuposto o "interesse público e promoção municipal da iniciativa"; - Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo "interesse cultural, qualidade artística e técnica" e, confirmando-se como um "contributo para a valorização do património cultural



do Município", validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada às parcerias institucionais, do orçamento municipal para a Cultura; - Ter dado entrada o pedido E/6120/2022, referente a um pedido de apoio financeiro às solenidades da Semana Santa de Braga e estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 138/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento solicitação formulada. Neste sentido, e por forma a compartilhar as despesas decorrentes deste momento de inquestionável relevância, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de 40.000,00 euros ao Cabido da Sé de Braga, sito na rua Dom Paio Mendes, 4700-424 Braga, pessoa coletiva religiosa n.º 501 226 575, enquanto membro da entidade organizadora.» Os documentos juntos à proposta ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O **Vereador Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo**, disse que a Semana Santa é dos eventos mais importantes da cidade de Braga, e dos que maior fluxo turístico traz, e dos que maior impacto financeiro tem, em atividades como a hotelaria, a restauração e o comércio em geral, pelo que gostaria de perceber porque é que o apoio é de apenas 40.000,00€, quando ainda no ponto anterior votamos a atribuição de maiores apoios a entidades que desenvolvem atividades com menos projeção do que a Semana Santa; por outro lado, questionou porque é que não há uma parceria da Câmara Municipal com a Igreja, para candidatar a Semana Santa a Património Imaterial da Humanidade, de acordo com a UNESCO? Respondeu o **Presidente da Câmara**, a propósito dos apoios a atribuir na área da cultura, que o ideal seria que eles nem tivessem de existir, e que as atividades fossem autossustentáveis e gerassem receitas próprias suficientes para serem desenvolvidas. Relativamente ao apoio à Semana Santa, os apoios da Câmara Municipal vão muito além desta vertente financeira e que é paga anualmente; além da programação cultural que é diretamente suportada pelo Município há um conjunto de apoios logísticos e em espécie, que não são integrados neste apoio e que alavancam esta verba para valores a rondar o dobro ou o triplo do que aqui está citado. Quanto à questão da candidatura, está neste momento em curso um processo de registo da Semana Santa enquanto património imaterial e como património nacional; não faz sentido avançarmos para um processo internacional sem essa primeira etapa estar concluída; a nível internacional, estamos integrados na rede de Semanas Santas a nível Europeu, estando já a ser estabelecidos pontos com outras cidades, que têm tradição, do ponto de vista desta celebração. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**5. CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:** Da Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das minutas dos contratos-programa a celebrar para a época desportiva 2021/2022, conforme documentos que os instruem e deles fazem parte integrante, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, do Regime



Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro e da parte F, Título II, do Código Regulamentar do Município de Braga, com as seguintes entidades: **a) Grupo Desportivo de Figueiredo**, no valor de **2.000,00€**; **b) NEMA – Núcleo de Escalada Montanhismo e Alpinismo**, no valor de **1.764,00€**; **c) Merelinense Futebol Clube**, no valor de **30.897,00€**. Os documentos juntos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

#### **6. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - FREGUESIAS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25.º, alínea k) e do artº. 33º, n.º 1 alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a) União das Freguesias de Lomar e Arcos**, para contratação-fiscalização e execução da obra - “**Reformulação dos passeios da Rua da Quinta das Estradinhas – Lomar**” “**Trabalhos complementares e o Serviço de Fiscalização externa**”, no montante de **5.864,84€ e 922,50€** (aditamento ao contrato, cujo contrato interadministrativo inicial foi outorgado a 24.05.2021); **b) União das Freguesias de Stª. Lucrecia de Algeriz e Navarra**, para contratação-fiscalização e execução da obra “**Requalificação da Rua das Boucinhas – Stª. Lucrecia**”, no montante de **3.966,57€** (aditamento ao contrato, cujo contrato interadministrativo inicial foi outorgado a 11.05.2021); **c) Freguesia de Sobreposta**, para contratação-fiscalização e execução da obra “**Pavimentação da Rua Srª. da Conceição**”, no montante de **10.628,62€** (aditamento ao contrato, cujo contrato interadministrativo inicial foi outorgado a 27.01.2022); **d) União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, para contratação-fiscalização e execução da obra “**Requalificação e Alargamento da Rua Francisco Gomes Lopes**”, no montante de **750,00€** (aditamento ao contrato, cujo contrato interadministrativo inicial foi outorgado a 3.05.2021). Propõe-se ainda a aprovação dos seguintes contratos interadministrativos: **a) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “**Reforço de verba – Requalificação Parcial da Avª. da Igreja - Celeirós**” no montante de **14.857,00€**; **b) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “**Reforço de verba – Requalificação Parcial da Rua do Noval**” no montante de **4.671,42€**; **c) Freguesia de Sobreposta**, para a execução da obra denominada “**Requalificação do Parque Fitness no Loteamento dos Curros**” no montante de **7.301,91€**; **d) União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, para a execução da obra denominada “**Parque Infantil para a Rua Padre Manuel Correia Mesquita**” no montante de **48.930,00€**; **e) União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, para a execução da obra denominada “**Repavimentação de betuminoso em várias ruas**” no montante de **108.903,87€**; **f) Freguesia de Mire de**





Tibães, para a execução da obra denominada **“Requalificação da Rua de Resende”** no montante de **117.079,74€**. Os documentos juntos às propostas ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**7. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:** Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33.º e da alínea j) do n.º 1 do art.º 15º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a) À Freguesia Esporões**, no montante de **10.405,80€**, com IVA incluído, destinado ao **“Estudo Geológico Geotécnico de terreno para Remodelação do campo de Futebol 10 de Outubro”**; **b) À Freguesia de Lamas**, no montante de **1.930,26€**, com IVA incluído, destinado a apoiar a **“Construção de bermas para implantação de Passadeira para peões na EN 309 (Figueiredo Lamas)”**; **c) À Freguesia de Sobreposta**, no montante de **9.988,56€**, com IVA incluído, destinado a apoiar o **“Prolongamento do antigo coletor de águas pluviais e reconstrução de muro de suporte demolido pelas sucessivas intempéries”**; **d) À União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no montante de **7.749,00€**, com IVA incluído, destinado a apoiar a **“Requalificação e alargamento da Rua de Andrias, Requalificação da Travessa Paço, Beco de Andrias (Horários-projeto)”**; **e) À União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, no montante de **9.063,00€**, com IVA incluído, destinado a apoiar **“Trabalhos de limpeza de terrenos com movimento de terras do Rio Torto, junto ao MAXMAT (Frossos)”**; **f) À União das Freguesias de Este (São Pedro e S. Mamede)**, no montante de **10.000,00€**, destinado a apoiar a **“aquisição de carrinha para dar apoio a cantoneiros”**; **g) À União das Freguesias de Lomar e Arcos**, no montante de **848,70€**, destinado a apoiar a **“Despesas pontuais efetuadas com a estrutura e segurança dos membros e eleitores, nas mesas de voto com as eleições”**. Os documentos juntos às propostas ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O Vereador **Artur Jorge Oliveira Feio**, referindo-se ao apoio a atribuir à Freguesia de Esporões, para o campo de futebol, referiu que a opinião da população quanto a este investimento continua a ser díspar, uma vez que o espaço que está previsto – sobretudo pela falta de dimensão – obriga a um grande investimento do Município. A solução passaria por deslocalizar este projeto para um espaço contíguo da Freguesia, o que permitiria a construção de um campo de futebol com as dimensões necessárias e suficientes, mas ao mesmo tempo, também permitia que a Junta de Freguesia construísse alguma habitação – promovida pela própria Freguesia – para suprimir uma grande necessidade, que é a falta de habitação. O PS entende que, ainda que já tenham sido efetuados alguns investimentos naquele terreno, ainda se vai a tempo de repensar a sua localização, também para dotar a freguesia de maior parque habitacional, dada a carência neste aspeto. O **Presidente da Câmara** respondeu que o investimento,



até estar concretizado, é sempre passível de ser repensado, mas a verdade é que essa opção nunca foi exposta pela Freguesia à Câmara Municipal. No entanto, se essa for a intenção da freguesia, e apresentarem alternativas, haverá disponibilidade para que possa repensar-se a (re)localização. A iniciativa deve ser da Freguesia, dado que foi a mesma que estimulou a concretização deste projeto. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**8. “REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DO PARQUE INDUSTRIAL DE PADIM DA GRAÇA” (DMOSM):** Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, da prorrogação de prazo, por 153 dias, nos termos dos documentos que se anexam à presente ata e que preveem que a empreitada tenha termo em 31 de março de 2022. O Vereador **Artur Jorge Oliveira Feio** começou por dizer que esta foi uma obra eleitoralista, e que, na realidade a Câmara está a conceder uma prorrogação de prazo superior àquela que foi solicitada. Referiu ainda que os trabalhos estão a ser adiados por questões de sinalização, o que revela a forma apressada de o Município lançar as obras. Ora, se vai haver uma prorrogação de prazo para execução dos trabalhos, o empreiteiro deverá exigir ao Município as verbas relativas ao estaleiro; conclui questionando porque é que se irá deliberar a prorrogação de 153 dias, e não 120 dias, conforme solicitado. O **Presidente da Câmara** esclareceu que há 33 dias de atraso na obra que estão reconhecidos, mas não são da responsabilidade do empreiteiro, pelo que este prolongamento de 153 dias salvaguarda que, caso exista mais algum atraso adicional, não tenha de haver um novo pedido de prolongamento, referente a esses 33 dias. Relativamente ao facto de se considerar esta obra como “eleitoralista”, respondeu que esta obra já vem atrasada quase uma década, e que não houve nenhuma aceleração em relação aquilo que é o calendário normal, e que obedeceu a toda a tramitação normal do procedimento; se houve a necessidade de correção de alguns parâmetros, relativamente à sinalização, isso ocorreu a pedido expresso do Presidente da Junta de Freguesia, que uma vez concretizada a obra, entendeu que havia determinados aspetos que poderiam ser otimizados em benefício da população, o que foi atendido. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**9. TOPONÍMIA:** Do Vereador João Rodrigues, propondo a atribuição dos seguintes topónimos: nas **Freguesias de Gualtar e Adaúfe- Rua do Monte Pedroso** – artéria implantada no Lugar das Sete Fontes, com início no Bairro das Sete Fontes na Freguesia de Gualtar e fim sem saída na Freguesia de Adaúfe e na



**Freguesia de Adaúfe - Travessa dos Marceneiros** – artéria implantada no Lugar do Escalheiral e Lugar do Barreiro, com início na Rua dos Marceneiros e fim sem saída, nos termos dos documentos que se anexam no livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**10. PROPOSTA DE NORMAS DO CONCURSO “CONCURSO ESCOLA MAIS VERDE” 2022:** Do Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente, presente a seguinte proposta: «Considerando que: Como as crianças e jovens têm vindo a afastar-se do mundo rural houve necessidade, há vários anos, de criar um concurso que valorizasse as hortas, sejam as convencionais, sejam as verticais, demonstrando que em pouco espaço também se podem produzir alimentos. Assim, tendo em conta quatro escalões, atribuíramos 24 prémios, em material ou viagens: 4 escalões e duas modalidades - 8 primeiros prémios (de 100€); 4 escalões e duas modalidades - 8 segundos prémios (de 80€); 4 escalões e duas modalidades - 8 terceiros prémios (de 60€), dando um total de 1.920€. Junto remeto a proposta de Normas do Concurso Escola Mais Verde 2022. Atento ao exposto, proponho que o Sr. Presidente profira decisão no sentido de remeter a presente proposta à Reunião do Executivo Municipal. O Vereador do Pelouro do Ambiente.» A **Vereadora Bárbara Seco de Barros**, sugeriu que a entrega do caderno diário da escola mais verde (que é possível em formato digital ou em papel ou enviado por correio eletrónico) fosse integrada com o facto deste ser o ano de transição digital nas escolas; fazendo alusão ao fator de ponderação de 30%, referido no ponto 11 das normas apresentadas, e que favorece projetos e escolas que acederam a alguns programas ali definidos, questionou se todas as escolas têm igual acesso a estes programas. O **Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa** esclareceu que o que se pretende é valorizar o trabalho de continuidade e premiar os que ao longo do ano participam mais ativamente nesses programas. Disse ainda que o acesso aos programas do Município é igual para todas as escolas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**11. TMAD- SOLUÇÕES EM MADEIRA E DERIVADOS, LDA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO:** Submete-se ao Executivo Municipal para posterior submissão à Assembleia Municipal o presente processo, que visa o reconhecimento do interesse público estratégico do empreendimento em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do regulamento do PDM de Braga, situado na rua de Gaião, Lote 3-UF Celeirós, Aveleda e Vimieiro – Braga. Os documentos juntos à proposta ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. O SR. VEREADOR ARTUR FEIO DECLAROU-SE IMPEDIDO DE PARTICIPAR ATIVAMENTE NESTE PROCESSO, POR ESTABELECEER RELAÇÕES PROFISSIONAIS COM A ENTIDADE EM QUESTÃO.** -----

- Foi proposto um **VOTO DE LOUVOR** à atleta **SARA ROCHA**, pela conquista da medalha de bronze, no torneio de ‘Bola 10’ dos Campeonatos da Europa de Pool. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -



- Foi proposto um **VOTO DE PESAR** pela morte da artista plástica e professora **LOURDES MAGALHÃES**.  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**12. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

- O **Presidente da Câmara** agradeceu a todas as pessoas e instituições que têm apoiado, com meios materiais e humanos, disponibilidade de habitação, oportunidades profissionais, e tantas outras dimensões, a população Ucraniana. -----

- Pelo **Vereador Artur Jorge Oliveira Feio** foi dito: No mandato anterior aprovou-se o regulamento do Centro Coordenador de Transportes e a verdade é que há uma série de queixas de utilizadores e comerciantes, sobre a forma como ainda funciona mal a Central de Camionagem. Foram até reportados alguns abusos, do ponto de vista da utilização do espaço, por parte de quem ainda dele tem usufruto diário. Em breve, os Vereadores do PS irão visitar o espaço e perceber o que lá se passa, mas pretendiam saber se o Município tem feito algum esforço para que as coisas mudem, desde logo porque as pessoas se queixam que continua a existir falta de limpeza, a forma como o estacionamento é feito, as ausências de trabalhadores do Município em vários momentos do dia no espaço ...tudo indicia um funcionamento deficitário. -----

- Pelo Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** foi proposto um voto de solidariedade para com o Povo Ucraniano, e de repúdio aos ataques da Rússia, e que disso seja dado conhecimento à Embaixada Ucraniana, tendo todos os membros do Executivo Municipal concordado com a proposta. -----

- Pela **Vereadora Bárbara Seco de Barros** foi abordado o tema da mobilidade inter-carreiras dos trabalhadores municipais, designadamente o mau estar que há com a morosidade na análise dos pedidos efetuados, sendo que alguns dos pedidos nem respeitam à posição remuneratória, mas sim a pedidos efetuados entre áreas. Mais expôs que há trabalhadores que sentem que, pelo menos não são devidamente esclarecidos sobre estas questões, questionando se há algum mecanismo a falhar, ou alguma coisa a ser melhorada neste sentido. -----

- O **Presidente da Câmara** esclareceu que há dois tipos de mobilidades: entre áreas, e entre carreiras. A primeira depende da existência de vagas no destino para onde se pretende encaminhar o funcionário e de haver condições para salvaguardar a sua saída no lugar de origem, enquanto na segunda, que é coisa





diversa, se tem tentado garantir o máximo de equidade possível no acesso a essas progressões, a todos os funcionários; por isso é que foi lançado o concurso para os assistentes operacionais que estão afetos aos estabelecimentos escolares, para poderem ser selecionados para a carreira de assistentes técnicos no Município. A mobilidade inter-carreira, quando não por concurso, só é lançada para quem está efetivamente a exercer uma função de responsabilidade superior àquela em que está enquadrado durante um período mínimo de um ano, o que não é aplicável à generalidade dos trabalhadores. -----

- No que respeita ao Centro Coordenador, o **Presidente da Câmara** convidou os Srs. Vereadores a visitar as instalações, até com a companhia da Vereadora Olga Pereira, que assim poderá explicar melhor as mudanças introduzidas, quer do ponto de vista do investimento na infraestrutura física, quer do ponto de vista da associação de novas valências, quer do ponto de vista do modelo de gestão, onde um dos primeiros princípios foi de assegurar a migração plena da gestão do equipamento para a esfera municipal, em detrimento daquilo que era a realidade anterior, em que uma empresa tinha o controlo do espaço e gestão do equipamento. -----

- A Vereadora **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** disse não ter nenhum relato negativo do funcionamento da central de camionagem, a não ser de um funcionário, que entrou em conflito com um colega e começou a expor uma série de inverdades. Acrescentou que o espaço está limpo (tem um funcionário de limpeza afeto diariamente), o estacionamento noturno é agora feito no parque de S. Martinho, deixou de haver o problema de segurança que havia, em que ao fim de semana "dormiam" mais de 70 autocarros na central (o que constituía um sério problema do ponto de vista da segurança pública, já que, caso houvesse algum problema, seria muito difícil a evacuação), a regulamentação está a ser integralmente cumprida, hoje não há operadores sem acesso à central de camionagem, tendo também lugares na central de camionagem os internacionais (ex: Rede Expresso) e que os transportes de mercadorias têm os seus lugares junto ao estádio municipal. ----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao cidadão **MIGUEL SILVA LOPES**, que fez a sua intervenção, dizendo pretender apresentar uma proposta para fazer a manutenção e preservação dos espaços do Monte do Picoto, espaço que tem acompanhado e tem vindo a intervir desde 2013. *«(...) tenho sido um cidadão ativo. Colaborei com o Município de 2013 até 2018, na situação de desempregado, em que estive no programa; CEI- Contrato de emprego de inserção, iniciado em 1 de maio de 2017 até 15 de outubro do mesmo ano. Tenho feito voluntariado em muitos eventos promovidos pelo Município nas áreas ambientais e desportivas, onde nos fomos cruzando em muitos desses eventos. Alguns Vereadores conhecem-me, já que tenho feito intervenções em Assembleias Municipais, e eu reuniões do executivo. Essas minhas intervenções,*



têm visado matérias, que acompanho com muito interesse e nas quais fui e vou participando, quando as mesmas pelos conhecimentos que tenho “numa Cidadania por uma vida Ativa!” Apesar dos meus 65 anos, onde posso ser útil à sociedade com esta minha forma de estar e de ser. A razão de mais esta minha intervenção nesta reunião, vai de encontro aos mesmos motivos que as anteriores, alguns assuntos que abordo são repetitivos, já que as abordagens feitas alguns mesmo com a demora foram tomadas em conta essas minhas intervenções e foram resolvidas. Nesta brochura, faço referência a alguns casos- outros não mencionados também foram acolhidas e tiveram por parte do Executivo, “presumo” as devidas orientações aos serviços, e foram feitas essas intervenções. Sendo o Monte do “PICOTO” o projeto que me levou a fazer a minha primeira intervenção cívica em 2013, como é sabido, foi a minha participação e proposta às eco escolas, que levou o executivo do qual o Sr. ° Drº Ricardo Rio é o Presidente e a manter-se no cargo desde esse mesmo ano. Conhecedor dos problemas que têm afetado o projeto que propus, das vizinhanças em redor do espaço, do comportamento e projetos das instituições á sua volta, contribuindo com a falta de respostas adequadas aos seus utentes, que tem feito do “Monte do Picoto” por parte de centenas ou milhares a continuarem a ignorar o espaço por medos e receios, de poderem vir a ser atacados, roubados. (existirem incidentes desses. Alguns com muita gravidade. Passados que são mais de “nove anos” dessa minha envolvimento nas dezenas de participações em plantações de espécies autóctones, e erradicação das espécies infestante / invasoras e noutras iniciativas propostas por mim á divisão de ambiente como foi o “dar vida ao Picoto” levadas a cabo em 2016, 2017 e 2018. Sendo o Monte do “Picoto” um espaço que se pretenda que venha a ser o tal “Bosque Urbano de espécies autóctones”, conforme tem sido o slogan que o Vereador do ambiente Altino Bessa tem feito alusão, e as ideias que foram propostas, e que nestes nove anos, os resultados poderiam estar num patamar muito acima que se se pode verificar. Têm falhado muitas das apostas que o Executivo continua a fazer propaganda! Sendo visíveis a falta de manutenção e limpezas, caleiras de águas pluviais entupidas, caminhos pedonais feitos sem planeamento e compactação adequada, dos terrenos, proteção dessas zonas com a colocação de barreira naturais para que não existam derrapagens dos solos pelas encostas. (Situações que podem ser vistas na brochura”. Seringas, pacotes ou garrafas de vinho abandonas pelos toxicodependentes e gentes com o vício do alcoolismo. Controlo deficiente nas espécies /invasoras infestantes, conforme as advertências que fui fazendo nomeadamente da “cortaderia Selloana” numas das ações em que participei em 2020, e chamei á atenção, demonstrei como deveria de ser executado a um dos membros do gabinete do Vereador Altino Bessa. Em 2021, finalmente foram fazer o trabalho que eu tinha feito referência e demonstrei, Que levou a uma intervenção de erradicação, “Com a colocação de um outdoor” sobre o projeto de erradicação colocado no Monte do Picoto. Muito terá de vir a ser feito, já que irão aparecer mais “cortaderia Selloana” se não houver uma equipa que as reconheça ainda



quando as mesmas não têm as plumas, estando num estado em que é fácil erradica-las, e basta uma enxada para as arrancar. É necessária uma intervenção onde se plantaram mais de 10.000 árvores ao longo destes 9 anos, resistindo menos de metade. (Estou a ser simpático nestes números), já que, as dezenas de iniciativas de plantações iniciadas em 2013, quase que me leva a garantir que entre árvores arbustos, Bolas com bolotas arremessadas, as mais de 1200 com acesso aos fundos comentários do carbono, (em que garanto que mais de 400 secaram. São apenas números. Que me deixam desiludido, com a proposta apresentada em 2013 e em 9 anos se nota que o Monte do Picoto é um espaço de ninguém. De ninguém, já que os diversos pelouros do Município, deveriam trabalhar em rede para serem resolvidos os problemas do bairro de Etnia, bairro Nogueira da Silva, que sendo um bairro social doado à igreja para serem construídas habitações sociais, e onde se vai verificando, a alteração de casas ali existentes, com a renovação e construção de vivendas, algumas de luxo, sem que os serviços se apercebam que estão a ser feitas obras de construção sem licença. Terra de ninguém, já que o bairro construído em 1998 com 50 casas para os cidadãos de "Etnia", passados 22 anos, o bairro destruído, continua a merecer muitas páginas nos órgãos de comunicação social, sobre os planos de reconversão do bairro, muitas promessas. Na reconversão de novas habitações, sem se repensar o que fazer por aquelas gentes, que tipo de bairro, que tipo de construções, que exigências virão a ser feitas quando as casas lhes forem de novo atribuídas. Será feito um contrato, em que equipas do Município, da polícia, da segurança social, farão uma monitorização de como o bairro vai evoluindo, o comportamento dessas gentes integradas numa sociedade livre, mas cumpridora, naquilo que lhes foi atribuído e não sendo adquirido pelos próprios, irão zelar pelos espaços pelas casas? Terra de Ninguém, em 2004, foi instalado um edifício do "projeto Homem", em terrenos da igreja, e recorrendo a fundos comunitários com um financiamento de mais de (quatro milhões de euros) e que por não servir os propósitos para o qual foi pensado, para Centro de Dia/Acolhimento Picoto, Nogueira, Braga. Por erros de construção, e ou de planeamento para as necessidades da intuição em servir os seus propósitos. A construção do edifício emblemático, foi contemplado com um prémio de arquitetura, é o que se conhece do trabalho iniciado em 2014. As valências que "o Projeto Homem" que se propunha levar a cabo naquelas instalações, tiveram a duração apenas e pelo que me lembro de dois anos. O edifício encontra-se sem qualquer atividade, apenas está em permanência um utente a fazer a segurança. Houve intenções de o edifício ser vendido por parte do Projeto Homem. Essa foi uma conversa que o Vereador Altino Bessa teve comigo, que era o que teve conhecimento e me pergunta se já tinha sido concretizada essa venda. Interpelei o Vereador, como é que se poderia vender um edifício construído com um determinado fim e com fundos comunitários, o Município de Braga teve um papel preponderante na atribuição do alvará de construção, para o fim s que se destinava como Centro de dia e de acolhimento. Eu, até proponho que o Município entre em negociações com o Projeto



Homem, para adquirir o imóvel com negociação de troca de outros espaços e outras formas que não envolva a “compra por milhões” de um espaço com problemas no pavilhão construído no Subsolo, e que o projeto homem não tem solução para uma intervenção necessária e urgente, adiada á mais (oito anos) altura em que conheci esse problema. Seria um excelente espaço, para um centro de interpretação ambiental, em que teria o Monte do Picoto espaço de excelência para esse efeito. Terra de ninguém; onde está instalado o CAT da Cruz Vermelha, instituição de mérito pelo Mundo fora, e também em Portugal e mesmo em Braga, mas, em muitos projetos e valências as respostas não têm sido as adequadas. A falta de um trabalho em Rede na instituição em que eu pude comprovar nos muitos projetos que fui acompanhando levado a cabo por técnicos, nomeadamente em contextos escolares, por psicólogas que apoiavam algumas escolas em apoios e projetos que eram propostos por esses técnicos, e aprovados eram subsidiados pela instituição, com recurso a financiamentos externos á própria a candidaturas a muitas formas de “financiamento que a Cruz Vermelha recorre”. O Município ofertou a escola primária do Picoto, não se conhecendo qual vai ser a utilização, que valência será ali instalada, o que irá acontecer no “Monte do Picoto” com todas estas instituições, a responderem de forma avulsa, cada uma para si, não se conhecendo qualquer trabalho feito em rede, como também não se conhece em Braga, nas dezenas ou centenas de instituições um trabalho coordenado onde se consiga saber que oferta tem a cidade para as múltiplas necessidades, e “foco apenas” as valências que enumero nesta brochura. Poderia abordar outros temas. Como, quantos lares existem, que respostas tem a cidade para a população envelhecida, quantas pessoas vivem sozinhas entregues a si próprias, quantas instituições existe na cidade que dão respostas a estas situações. Seriam demasiadas preocupações. Foco-me apenas no que posso fazer pelo “Monte do Picoto” Foi baseado nos conhecimentos que tenho sobre o espaço, sobre os conhecimentos que fui adquirindo ao longo da minha vida ativa, mas, continuo a obter, na participação que continuo a ter em muitas atividades, desde que me reformei, á 6 anos atrás. A última foi em Lousada, conforme faço alusão na brochura. A proposta que faço, tenho a noção que a mesma não merecerá grande importância, já que acarreta custos para o Município, não tenho vindo a notar que a aposta que a divisão do ambiente tem vindo a fazer no “Monte do Picoto” venha a ter uma estratégia diferente, que possa vir a ser repensada, envolvendo os diversos pelouros para a resolução dos problemas da vizinhança e do “Próprio Monte do Picoto”. Não vou ficar rico com os honorários que peço. Apenas peço valores insignificantes, num projeto com muito trabalho e dedicação e muitas energias a dispensar, mas que ainda me sinto capaz, apesar dos meus 65 anos. (Proponho um ano de duração) Será muito pouco. Poderei vir a renovar se a avaliação feita ao fim de um ano, vier a ser favorável e ou se o Município assumir uma estratégia de continuidade no trabalho que me proponho levar a cabo. A “ADESA”, (Associação Dinamização Educação e Sensibilidade Ambiental), virá a ser uma realidade, quando as condições que proponho nos regulamentos e





a adesão das pessoas para essas causas, estiverem bem definidas, estando já criado um grupo para a sua legalização. Só ainda não o foi, por considerar que os propósitos que me levaram a criar a associação, ainda carecem de alguma reflexão nomeadamente a fugir aos “partidarismos”, em que muitas instituições para sobreviverem acabam por cair, a isenção ideológica partidária, será o que me irá mover. Quero Colaborar Com Todas As Correntes Ideológicas Não Extremistas. Vindo elas da esquerda ou da direita, numa democracia plena nos valores por uma sociedade democrática, baseada no pluralismo e na convergência. São a falta convergências, que venho notando e que em variadíssimas situações elas deveriam de existir que a nível da governação do país, quer a nível da governação autárquica, que defendo e me movem os meus princípios. O Conhecer a forma prepotente em como muitas vezes assisto, nas variadíssimas interpelações por parte dos cidadãos, na defesa dos seus direitos, do seu património, quando está em causa a escolha por uma zona para adquirir a sua habitação, e que essa zona, sem espaços onde estão implementados equipamentos, e não reúnem condições para funcionar, a opção vai para o aumento das instalações onde não existe a qualidade de vida que tanto se apregoa existir em Braga. Estou a referir-me ao Pavilhão do Hóquei clube de Braga. Uma zona já de si com pouco espaços verdes, a vai ser privada do pouco que tem em detrimento de um projeto que deveria ser repensado e contruir noutro local. Onde seria possível dar resposta ao Hóquei e a outras modalidades desportivas. Faltam Consensos, falta uma visão de futuro, planeamento, olhar para as encostas de Santa Marta, do Sameiro, Bom Jesus, e de todas as encostas dos montes envolventes da cidade, para os múltiplos proprietários dos terrenos dessas encostas, onde predominam as espécies invasoras/infestantes. Para as muitas construções da cidade abandonadas, e que requerem obras. Algumas abandonadas á décadas sem que se cumpram as leis para que esses espaços tenham as intervenções necessárias. Termina nesta minha análise; “que posso fazer eu pela cidade. Não peço o que é que a cidade pode fazer mim”. Esta frase adaptada de um discurso de um presidente de um país já falecido. A frase julgo ser conhecida por todos. A minha frase favorita, é; De “Heróis estão os cemitérios Cheios”!» Juntou o Projeto Férias “com ambiente, pelo ambiente” “Projeto de inserção social na vida ativa” com ambiente, pelo ambiente. Questionou ainda o que será feito com o edifício completamente abandonado do Projeto Homem, tendo o **Presidente da Câmara** esclarecido que o edifício já foi vendido a um particular, que desenvolve a sua atuação na área da saúde e tecnologia. Relativamente à intervenção, o **Presidente da Câmara** concluiu que algumas propostas estão em linha com aquilo que tem sido a estratégia de desenvolvimento do Município, outras não, saudando, naturalmente, o exercício de cidadania ativa do munícipe, acrescentando que o documento apresentado será lido e apreciado. De seguida, o **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao cidadão **DANIEL BRAGA**, Diretor Clínico da Unidade Clínica de Ambulatório de S. Marcos, que falou sobre a dominialidade e titularidade da Rua da Escola de Enfermagem.



Em suma, disse residir em Braga há 65 anos e conhecer muito bem a cidade; “somos arrendatários da Santa Casa da Misericórdia de Braga, com quem firmamos um contrato de arrendamento há cerca de dez anos, e onde a Santa Casa nos arrendou o seu imóvel, conhecido como ‘Antiga Escola de Enfermagem’, constando desse contrato que o Edifício se situa na Rua da Escola de Enfermagem. Anteriormente, esteve aí instalada a Administração Regional do Norte (ARS Norte) e podem ser lidas em várias publicações no Diário da República (ex: Aviso de 2011) onde a ARS se refere às suas instalações de Braga sitas na ‘Rua Escola de Enfermagem’. Esta Rua tem o seu início na esquina da Rua Dr. Marcelino Sá Pires e ascende à Escola de Enfermagem, foi inaugurada em 1961, pelo então Presidente Américo Tomás, com amplos acessos, e em 30 de novembro de 1989 em reunião ordinária da Câmara Municipal de Braga, foi deliberado atribuir o nome de “Rua da Escola de Enfermagem” à Rua onde está implantada a referida Escola. Foi posteriormente afixado o respetivo edital, não tendo ninguém contestado esta atribuição toponímica. Passaram uns anos, e temos nós reparado numa série de intervenções e modificações na referida rua, aquando da realização de obras no edifício da antiga urgência do Hospital de S. Marcos, hoje arrendado ao grupo do Hospital Lusíadas, pelo que tomamos a iniciativa, em setembro de 2020, de tentar averiguar, junto da Câmara Municipal de Braga um facto simples e direto: A Rua da Escola de Enfermagem seria do domínio público municipal ou privado? Aqui manifesto a minha desolação e decepção pelo facto de após um ano e meio não nos ter sido dada ainda qualquer resposta; mais sabemos que houve, posteriormente, em janeiro de 2021 – e portanto, já há mais de um ano – uma reunião de técnicos camarários com a Santa Casa da Misericórdia, cuja Provedoria terá dado a sua versão sobre a rua, e nós nunca mais fomos contactados para esclarecimentos adicionais. Solicito, pois, Sr. Presidente Ricardo Rio, por quem tenho grande apreço, uma resposta à questão que colocamos há 18 meses, e que tememos poder não ser a resposta óbvia, que o senso comum determina. Bem dizia Voltaire: «o censo comum, não é assim tão comum». Entre vários elementos que entendemos ilustrarem bem a dominialidade municipal da Rua Escola de Enfermagem, gostaria de salientar o seguinte: quando a Clínica foi aberta, há cerca de 10 anos, houve uma série de melhoramentos no espaço envolvente, nomeadamente colocação de alcatrão no piso da rua, tendo sido a Câmara Municipal de Braga que o fez (estamos a falar da parte alta da rua). Por outro lado, a iluminação pública do antigo Hospital de S. Marcos, quando ele foi desativado, e segundo informações da EDP, foi feita uma derivação a partir de um alimentador da Rua dos Anjos, que assim esteve a iluminar aquela rua, penso que, por influência da Câmara Municipal de Braga. A AGERE também fazia recolha de lixo na rua (mesmo em frente à Clínica tem dois contentores e ainda há pouco tempo os camiões entravam lá para recolher o lixo). Curiosamente, esses contentores foram retirados, e estão agora em baixo, na Rua Dr. Marcelino Sá Pires. Há aqui uma série de coincidências, de apagar vestígios de titularidade de domínio da Rua, e não sabemos bem qual será a motivação para tal. Termino,



*realçando a incompreensível demora no esclarecimento desta situação e esperando que todos os procedimentos administrativos tenham sido validados nos diversos circuitos de tramitação pelas hierarquias competentes, bem como, com a imprescindível transparência. Não hesitaremos em recorrer a organismos inspetivos e ao próprio Ministério Público, se ficarmos com a convicção de não terem sido protegidos adequadamente os direitos e interesses dos bracarenses. Nada reivindicamos para nós, que não somos proprietários de nada, mas sim para o Povo de Braga.»* -----

-----O Vereador **João Vasconcelos Barros Rodrigues** respondeu que havia vários indícios que a rua poderia ser pública, designadamente a iluminação pública, a colocação dos contentores da AGERE, EM., assim como a atribuição de topónimo; no entanto, concluiu-se que não há nenhum cadastro na Câmara Municipal, nem nenhuma outra evidência que diga que a rua seja pública. Mais informou que há cerca de duas a três semanas foi expedida, para os interessados e requerentes, a notificação com a conclusão deste processo, no qual se dá precisamente conta, que a rua em questão, não é pública. Na verdade, quando se dá o fecho do Hospital, a Santa Casa da Misericórdia suscita esta questão à Câmara Municipal, que então concluiu – contrariamente àquilo que tinha vindo a ser entendimento – que a rua não era pública, e que se tratava apenas de um caminho privado, para acesso a uma propriedade particular. -----

-----No uso da palavra, que lhe foi concedida pelo Presidente da Câmara, a cidadã **MARIA ELISA CUNHA ABREU**, Diretora Executiva da Unidade Clínica de Ambulatório de S. Marcos disse que “*estranhamente, só a partir de 2015- que foi quando começaram as conversações da Santa Casa da Misericórdia de Braga com o Hospital dos Lusíadas- é que toda a engrenagem começou a mexer, perguntando se o edital de 1989, que atribui nome à Rua, é um documento válido, ou não?*” -----

-----O **Presidente da Câmara** respondeu que, efetivamente foi a Santa Casa que desencadeou o processo da titularidade do terreno, no momento em que entrou em negociações com o Hospital dos Lusíadas. Só aí é que o Município apurou que aquele espaço não era público; efetivamente, o edital em si mesmo é válido, não constituindo, contudo, um direito sobre terceiros, precisamente porque partiu de um pressuposto errado (que a rua pertencia ao espaço público, quando não pertencia). -----

-----O Vereador **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** referiu que, passados todos estes anos, o Município poderia reivindicar a propriedade por usucapião, tendo o **Presidente da Câmara** respondido que tal não fará sentido, uma vez que se trata de uma via de acesso a uma propriedade privada (do proprietário do caminho que está a ser reivindicado), e que o Município iria assumir os encargos com a manutenção daquele caminho que serve exclusivamente aquele privado. -----

-----Pelas 10h50m, o Presidente da Câmara Municipal ausentou-se da reunião, tendo assumido a condução dos trabalhos da mesma a **Vice-Presidente Maria do Sameiro Macedo Araújo**, que deu a palavra



ao cidadão **CARLOS MANUEL DOBREIRA**, para fazer a seguinte intervenção: «1.<sup>a</sup> Questão: Desde 2019 que decorre uma vaga de denúncias do estado de degradação e de insegurança de parques infantis, de lazer e de merendas, infraestruturas desportivas e de lazer no concelho de Braga e já alargada a toda a CIM-Cávado. Na identificação e monitorização no concelho de Braga, destacaram-se, estranhamente, duas estruturas de excelente qualidade, a saber: o espaço verde e parque infantil na Rua do Calvelo de Baixo - Fraião (Anúncio de procedimento 712/2018, de 9 de fevereiro no valor do preço base do procedimento de 72 479.00€ e inaugurado em 2018) e o parque de Lazer das Boucinhas (parque infantil e espaço Fitness), em Esporões (no valor de 50 000€, inaugurado a 10.06.2021). Assim, pergunto quais foram os critérios do Município de Braga que orientaram um investimento tao avultado em duas freguesias do concelho? 2.<sup>a</sup> Questão: Na noite de Carnaval, na companhia do meu filho, passei por um cidadão a dormir no Centro Comercial de Santa Bárbara. Estava pouco agasalhado, descalço, exposto a correntes de ar. Também vimos um caixote de cartão com alguns haveres nas imediações do Edifício do Castelo. Naturalmente, comuniquéi o exposto ao Arcebispo de Braga e ao Presidente da República. Pergunto assim como se explica tal situação em Braga, uma cidade que recentemente se destacou pela dinâmica do seu Município em criar todas as condições de acolhimento digno de cidadãos de outras nacionalidades? 3.<sup>a</sup> Questão: Obtenção de informação sobre o estado de inventariação do Chafariz da Ponte do Bico (Palmeira), tendo em conta a Informação 21002 de 06.05.2020, da autoria de Cecília Sousa Pereira e destinada ao Diretor da DRCN, António Ponte. Dirigindo-se ao Vereador Hugo Pires, disse ainda: O concelho de Braga tem cada vez mais professores contratados em exercício incompletos, alguns passar dificuldades e outros em acumulação para terem alguma dignidade e cumprir as suas obrigações. Para além precaridade a que sujeitam os professores contratados neste concelho, o Decreto Regulamentar n.º 6/2018 de 2 julho lesa-os na contabilização dos dias trabalho declarados à Segurança Social. A legislação em vigor permite que professor contratado em acumulação com horários inferiores a 16h (por exemplo: 10h+10h) tenha uma declaração à Segurança Social de 28 dias trabalho. Mas se tiver um horário de 20horas letivas num só estabelecimento de ensino, já fica abrangido por uma declaração Segurança Social que contempla 30 dias de trabalho. Igualmente, a legislação permite que professor com horário de 15 horas letivas seja aplicado legislação de contrato a tempo parcial, resultando daí a declaração à Segurança Social de 21 dias de trabalho, em vez de 30 dias. Mas se o professor tiver um horário de 16 horas letivas, a declaração à Segurança Social já é de 30 dias. Senhor Vereador Hugo Pires, tendo em conta que foi o rosto do PS de Braga nas últimas eleições autárquicas e eleito Deputado da Nação, o que lhe apraz referir sobre o exposto?»--

-----A Vereadora **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** disse que relativamente aos parques infantis, esta questão já foi respondida na última reunião de Câmara, e que o Município está a fazer o diagnóstico dos parques existentes em todo o concelho, a levantar as estruturas que representam perigo de utilização para as



crianças, para posteriormente, em colaboração com os Presidentes de Junta, se avançar para a reposição dos que se entenderem convenientes. -----

---- O **Vereador Hugo Alexandre Polido Pires** disse que a sua presença neste Executivo o é na qualidade de Vereador, e não de Deputado da Assembleia da República, acrescentando que, enquanto Deputado da Assembleia da República, poderá conversar com o cidadão no final da reunião. -----

-----Quanto aos sem-abrigo no concelho, a **Vereadora Carla Maria Ferreira Sepúlveda**, referiu que esta questão tem vindo a ser falada e tratada pelo Município desde sempre e que algumas dessas pessoas não aderem aos programas que lhes são propostos integrar. Mais referiu que está a ser trabalhada a criação de um centro de atividades para dotar estas pessoas de competências, que lhes permitam o ingresso no mercado de trabalho. -----

--- Por fim, tomou a palavra o **Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa** para dizer que no passado dia 1 de março se celebrou o Dia Internacional da Proteção Civil, mas como foi dia de carnaval, o Município entendeu celebrá-lo no dia da reunião, com algumas iniciativas a decorrer, designadamente na Avenida Central, convidando todos os Vereadores a marcar presença. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 11h00m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pela Excelentíssima Sr.<sup>a</sup> Vice - Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela Excelentíssima Sr.<sup>a</sup> Vice - Presidente e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----





